

RELIGIÃO E POLÍTICA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS: MOBILIZAÇÕES E PERFORMANCES DE CATÓLICOS E EVANGÉLICOS¹

Brandon Lopes dos Anjos

Frank Antonio Mezzomo²

Resumo: Neste artigo, analisamos como os candidatos ao legislativo de Campo Mourão utilizaram elementos religiosos em suas publicações no Facebook e Instagram durante o período eleitoral em 2020. Coletamos, entre agosto/novembro, materiais publicados nas *fanpages* e perfis pessoais de 26 postulantes, como *flyers*, fotos, vídeos, *jingles* e “santinhos”. Identificamos os acionamentos de signos sacros em três eixos de análise que sistematizam o uso do capital religioso em campanha: intensidade, forma e estilo. O projeto político das Igrejas de ocupar o espaço público mediante a participação nas eleições continua sendo a principal forma de pôr em prática suas “estratégias de visibilidades”, difundindo referências e buscando maior legitimidade e capilaridade social. O caso abordado está inserido em um repertório maior das articulações entre religião e política que, sobretudo, desde as eleições nacionais de 2018, é marcado por novas dinâmicas e lógicas de poder.

Palavras-chave: Religião e política; Cristianismo; Identidade religiosa; Campanha eleitoral.

¹ Como citar: ANJOS, Brandon Lopes dos; MEZZOMO, Frank Antonio. Religião e política nas eleições municipais: mobilizações e performances de católicos e evangélicos. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 40, p. 325-366, 2021.

² Brandon Lopes dos Anjos é graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná, Brasil. E-mail: brandon.njos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3903-0293>. Frank Antonio Mezzomo é doutor em História. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, do Programa de Pós-Graduação em História Pública e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual do Paraná, Brasil. Os resultados dessa pesquisa fazem parte das atividades vinculadas ao pós-doutorado desenvolvido no PPGAS/UFRGS, com a supervisão de Ari Pedro Oro. Agradecimento à Fundação Araucária/CAPES pela bolsa de estudos. E-mail: frankmezzomo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0968-6777>

*RELIGION AND POLITICS IN THE MUNICIPAL ELECTIONS:
MOBILIZATIONS AND PERFORMANCES
OF CATHOLICS AND EVANGELICALS*

Abstract: In this article, we analyze how candidates for the legislative branch of Campo Mourão used religious elements in their posts on Facebook and Instagram during the 2020 election period. Between August and November, we collected materials published in the fan pages and personal profiles of 26 candidates, such as flyers, photos, videos and jingles. We identified the employment of sacred signs in three axes of analysis that systematize the use of this religious capital in the campaign: intensity, form and style. The Churches' political project to occupy the public space by means of participation in the elections remains the main way to put their "visibility strategies" into practice, disseminating references and seeking greater legitimacy and social capillarity. The case addressed is inserted in a larger repertoire, regarding the connections between religion and politics that, especially since the 2018 national elections, is marked by new dynamics and logics of power.

Keywords: Religion and politics; Christianity; Religious identity; Electoral campaign.

“Como pastor dele – eu sou o Pastor Toninho, todo mundo me conhece, pastor da Igreja Palavras que Curam – estou declarando meu apoio aberto, dizendo que eu vou votar nele. E eu gostaria de encorajar você a me ajudar nesse projeto. Esse projeto não é um projeto do Márcio, é um projeto do município, é um projeto da igreja, é um projeto dos evangélicos” (Pastor Toninho – Igreja Palavras que Curam).

“Você que é membro da Renovação Carismática Católica, da cidade de Campo Mourão, nós temos esse compromisso com a candidatura do Claudinei Grella [...] eu conto com você, conto com seu apoio, com a sua multiplicação [...]. O projeto de Fé e Política acompanha Claudinei e outros tantos candidatos por todo o estado do Paraná, é um processo de Renovação da política nacional” (Reinaldo Batista – Renovação Carismática Católica).

“Esse ano eu não saio candidato, mas louvo a Deus porque a nossa igreja tem dois grandes homens de Deus que estão se lançando candidato a vereador [...] você votando no Narciso você também está votando no Pastor Pereira, tem todo o meu apoio” (Pastor José Pereira – Igreja Assembleia de Deus – Ministério de Madureira).

Os fragmentos acima, retirados de vídeos de apoio de lideranças religiosas aos candidatos ao legislativo de Campo Mourão (PR), e publicados nas mídias sociais dos postulantes, apresentam uma ilustração de como as arenas política e religiosa estabeleceram seus diálogos, trocas e negociações durante as eleições de 2020. Em um movimento de ocupação do espaço público, com ênfase na participação incisiva no cenário político, as diferentes facetas dos grupos religiosos investem na produção, difusão e popularização de seu *ethos* para fora dos templos, na construção de uma performance pública da religião.

Posta uma efígie deste amplo e complexo cenário, nos propomos, neste artigo, a analisar como os candidatos ao legislativo de Campo Mourão utilizaram elementos religiosos em suas publicações no Facebook e Instagram durante o período eleitoral em 2020. Coletamos, entre agosto e novembro, materiais que permitem perceber as articulações entre religião e política, publicados nas *fanpages* e perfis pessoais de 26 postulantes, como *flyers*, fotos, vídeos, *jingles*, “santinhos”, entre outros. Buscamos identificar os acionamentos dos signos sacros e analisar como se dá a construção de uma identidade ligada ao capital religioso, como estratégia para conquistar o eleitorado e inserir a presença religiosa na cena pública. Com isso, objetivamos perceber as “estratégias de visibilidades” mobilizadas por esses candidatos para alcançar legitimidade e capilaridade, considerando o potencial democrático das eleições municipais, capazes de permitir a participação de uma pluralidade de agentes no jogo eleitoral, assim como propiciar projeção e possível ascensão, em mandatos nos legislativos e executivos municipal, estadual e federal (Monteiro, Silva, Sales, 2018; Freston, 2017; Souza, 2010).

Desde a década de 2010, o Brasil enfrenta uma crise governamental e econômica que perpassa as instâncias sociais e tem gerado um descrédito das

instituições democráticas e o anseio por novas alternativas que sejam contrárias à denominada “velha política”. As mídias sociais ganharam destaque como espaço de expressão e ação política, ao dar visibilidade às mobilizações, como as Jornadas de Junho, em 2013. Ainda, se estabeleceram como ferramenta que aprofunda os vínculos interpessoais e que, por isso, aumentam a credibilidade das informações compartilhadas, mesmo que por vezes falsas, com grande alcance graças a sua presença na sociedade. Em 2018, a conjuntura político-social adensou afetos, atenuando ainda mais a polarização entre grupos progressistas e conservadores, intensificando desejos de expiação ética, por meio da eleição de Jair Bolsonaro (PSL, hoje sem partido) e a aversão ao petismo, materializada na candidatura de Fernando Haddad (PT). Nesta trama, católicos e evangélicos caminharam articulados ao que se convencionou chamar de onda conservadora (Oro, Alves, 2020; Almeida, 2019).

O presidente Jair Bolsonaro, eleito no pleito de 2018, soube mobilizar, tanto em campanha quanto no mandato, o capital simbólico cristão para construir sua identidade, sem definir-se como católico ou evangélico. Seu lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, e outros corolários religiosos utilizados, como “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Bíblia, João 8:32), além da imagética messiânica da luta contra o seu “Anticristo” (Comunismo, Lula, PT), foram invocados na construção de uma identidade em que o capitão reformado é apresentado como o ungido de Deus para acabar com a corrupção e instaurar uma política moralmente cristã. Abraçou a agenda moral como meio de conquistar apoio do eleitorado e da base parlamentar evangélica, ambos “movidos pelo desejo de fundamentar e legitimar sua ação pública em princípios religiosos”, em um projeto de confessionalização do Estado (Camurça, Zaquieu-Higino, 2021, p. 224). Sua base de apoio governamental conta com a convergência entre grupos católicos e evangélicos conservadores, em um “ecumenismo de direita”, necessário para se manter no cargo, além de colocar-se como candidato viável, eleitoralmente, para reeleição em 2022. Em troca das bênçãos institucionais, as igrejas buscam os interesses de suas organizações, como perdão de dívidas, concessão de verbas às emissoras católicas e evangélicas, e isenção de impostos (Camurça, Zaquieu-Higino, 2021; Oro, Alves, 2020; Carranza, 2017). Uma pauta, digamos, bastante secularizada.

Se esse é o cenário vivenciado em torno das eleições nacionais de 2018, temos, em 2020, muitas reverberações e rearranjos com a eleição para o executivo e legislativo em mais de 5.500 municípios. Movimento similar ocorre nesses pleitos, com articulações, acordos e tensões entre as arenas política e religiosa. Nesta seara, procuramos analisar as ocorrências nas eleições ao legislativo de Campo Mourão, no Paraná, cujo objetivo é perceber como o capital religioso foi mobilizado na produção e difusão de performances de cristãos, observando as articulações entre religião e política na cena pública.

O texto está dividido em três atos, baseados em três eixos de análise que sistematizam o uso do capital religioso na campanha: intensidade, forma e estilo (Mezzomo, Pátaro, 2019). No primeiro ato, expomos os personagens da cena legislativa de 2020 e suas principais características, discernindo o que chamamos de cristãos políticos e políticos cristãos, já que o acionamento do religioso na campanha ocorre com diferentes intensidades. No segundo, discutimos as estratégias utilizadas para consolidar e dar forma às campanhas daqueles aqui chamados de cristãos políticos, com destaque para os denominados “candidatos oficiais”. Por fim, no terceiro ato, problematizamos o estilo de atuação dos candidatos, analisando como signos e pautas religiosas são instrumentalizadas na construção de suas identidades.

Com esse movimento, pretendemos apresentar os modos como a identidade religiosa é construída e dinamizada na cena de eleitoral de 2020, inserida em um repertório maior, a peça completa das articulações entre religião e política que, sobretudo, desde as eleições nacionais de 2018, é marcada por novas performances e lógicas de poder (Almeida, 2019; Oro, Alves, 2020).

PRIMEIRO ATO: OS PERSONAGENS DA CENA DE 2020 E A INTENSIDADE DO USO DO CAPITAL RELIGIOSO

Campo Mourão, localizado na mesorregião Centro Ocidental Paranaense, tem cerca de 96.000 habitantes, dos quais 65.951 estão aptos a votar, em torno de 68,7% da população (IBGE, 2020). Em sua configuração religiosa, apresenta predominância católica, com 69,40%, forte presença

evangélica, com 23,76%. Essa expressividade cristã não está apenas no quantitativo, mas “nas diversas manifestações que visam a construção de uma cultura pública por meio da inserção de elementos religiosos na memória coletiva, pela aproximação do poder público com demandas de instituições sacras e participação ativa de políticos que instrumentalizam suas crenças” (Mezzomo, Anjos, Pátaro, 2020a, p. 131).

Tomando como base os dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral do Paraná (TSE/PR), identificamos as principais informações – como nome de urna, profissão, *links* para perfis nas mídias sociais, entre outras – dos 191 postulantes que concorreram a uma das 13 cadeiras do legislativo municipal de Campo Mourão. Acessamos os perfis pessoais e páginas no Facebook e Instagram de todos os candidatos, selecionando aqueles que publicaram com frequência matérias de campanha com elementos religiosos em sua constituição. Como tem apontado a literatura, desde o pleito de 2010, as mídias sociais têm conquistado cada vez mais espaço nas campanhas eleitorais, embora não substitua outros meios de comunicação como a televisão e o rádio. Essas redes on-line são importantes para construir a imagem pública do postulante, apresentam protagonismo na propagação de estratégias para conquistar eleitores, permitem engajamento por meio de curtidas, compartilhamentos e comentários, além de apresentar baixo custo de veiculação de materiais de campanha e, com isso, possível alcance de vários nichos que estão fragmentados em múltiplos ambientes, virtuais ou não (Massuchin et al., 2018; Miola, Carvalho, 2017; Aggio, Reis, 2013). Ainda, o período pandêmico ocasionado pelo novo coronavírus, deflagrando no Brasil em março de 2020, reduziu as possibilidades de ações presenciais, impossibilitando as estratégias “corpo-a-corpo”, o que aumentou a centralidade do papel das mídias sociais nas campanhas eleitorais (Vital da Cunha, 2021).

Como recorte temporal para coleta e sistematização das fontes, tomamos o período de 31 de agosto, início das convenções partidárias, até 22 de novembro de 2020, uma semana após o primeiro turno das eleições. Selecionamos materiais de campanha como fotos, vídeos, *flyers*, *jingles* e “santinhos”,

que evidenciam a convergência entre religião e política, por meio do uso de léxico sacro, publicação de versículos e textos religiosos, defesa de pautas ligadas à agenda moral cristã e apoios recebidos de líderes eclesiásticos.

Após essa triagem, identificamos que 26 candidatos mobilizaram signos religiosos durante a campanha eleitoral, marcados em suas biografias, nas expectativas para o possível mandato e nos diálogos que mantêm com determinados setores da sociedade. O acionamento desses elementos ocorreu com maior ou menor intensidade, a depender do candidato, da denominação na qual está vinculado e da estratégia de campanha adotada pelo postulante. A quantidade dos materiais produzidos é um primeiro referencial para compreender a construção das identidades religiosas na arena política.

Assim, analisamos os materiais de campanha procurando compreender a intensidade do uso de elementos religiosos, constituindo o que podemos chamar de cristãos políticos e políticos cristãos³. Um primeiro grupo, composto por dez candidatos, incorporou o capital religioso de forma intensa e explícita em sua campanha, cosmovisão que percorreu suas propostas, performances e endossos recebidos. Podemos classificá-los como cristãos políticos. Já o segundo grupo, composto por 16 postulantes, pode ser compreendido como políticos cristãos, pois realizaram menções pontuais ao campo religioso, como no nome de urna, nas biografias, falas ou *flyers*.

³ Os “cristãos políticos” são agentes que empregam e usufruem de seu capital religioso na arena política, como forma de granjear eleitores no curral sacro, além de instrumentalizar a política para adquirir benesses para as instituições religiosas, como isenção de impostos, concessões de emissoras de rádio e televisão, entre outros. Ainda, se destaca seu protagonismo na defesa de uma agenda moral fundamentada na cosmovisão cristã, desconsiderando os direitos das minorias, ancorados no discurso de maioria cristã. Confundem templo e parlamento, com a Bíblia acima da Constituição. Já os “políticos cristãos” podem ser caracterizados como aqueles que atuam na política de forma democrática, mantendo seus princípios religiosos como norteadores, embora busquem o bem comum em suas ações, sem o desejo de impor um modelo de estado confessional. Geralmente, em suas propostas de campanha, procuram atentar-se para outros grupos da sociedade, para além dos cristãos, o que reflete diretamente na quantidade de material produzido que contenha relações entre religião e política (Guadalupe, 2020; Carvalho Junior, Oro, 2017).

Mesmo que a articulação entre religião e política seja mencionada pontualmente em suas publicações, funcionam como constituintes da identidade do candidato – embora não seja o elemento central –, além de aumentar a visibilidade do sagrado na cena pública. A diferença entre os dois grupos pode ser percebida, em um primeiro momento, na quantidade de material produzido: enquanto os cristãos políticos publicaram 237 postagens, com uma média de 32,7 material por postulante, os políticos cristãos difundiram 212 materiais, com uma média de 14,1 por candidato.

Os dois modelos destacados são tipos ideais produzidos para fins didáticos/metodológicos, sem que necessariamente cada candidato se enquadre exclusivamente em uma das categorias. No quadro 1, ordenado pela instituição religiosa, podemos identificar cada um dos postulantes, o partido político, resultado eleitoral, vinculação eclesial e os acionamentos do capital religioso em campanha.

Quadro 1: Candidatos que utilizaram elementos religiosos durante a campanha eleitoral

NOME DE URNA	VINCULAÇÃO RELIGIOSA	VOTOS	SITUAÇÃO	ACIONAMENTO DE ELEMENTOS RELIGIOSOS
CRISTÃOS POLÍTICOS				
Narcizo Negão PSDB	Assembleia de Deus (AD/Madureira)	0	Indeferida ⁴	Recebeu apoio de José Pereira, pastor presidente da AD/Madureira, na região de Campo Mourão; participou de diversos cultos na mesma denominação, sempre assentado no presbitério; recebeu oração por imposição de mãos em um culto de “Santa Ceia”, uma das celebrações mensais mais importantes.
Pr Carlinhos Pereira PSL	Assembleia de Deus (AD/Madureira)	161	Suplente	Recebeu apoio de José Pereira, pastor presidente da AD/Madureira, na região de Campo Mourão; utilizou nomenclatura religiosa na urna; como pauta, apresentou a defesa da família; realizou <i>lives</i> diárias de oração, com aproximadamente uma hora cada, na qual interagiu com os fiéis/eleitores.
Edilson Martins CIDADANIA	Assembleia de Deus (AD/Missão)	952	Eleito	Participou de diversos cultos durante a campanha, transitou entre templos da AD e de outras denominações pentecostais; recebeu apoio dos pastores José Aroldo Santos (presidente da AD/Missão em Campo Mourão), Perci Fontoura (vice-presidente da CGADB) e José Pereira, pastor presidente da AD/Madureira.

⁴ Narciso Negão realizou sua campanha eleitoral até a véspera do dia da eleição, mas sua candidatura foi indeferida pela Lei de Ficha Limpa e ausência de informação no registro junto ao TSE (TSE, 2020).

Tio SID PSC	Assembleia de Deus (AD/ Missão)	396	Suplente	Marcou, em sua campanha, ter sido coordenador geral da UMADECAM, além de diácono da AD/Missão; transitou em diversos templos da AD e de outras denominações, geralmente ocupando posição no presbitério; apresentou linguajar religioso; recebeu apoio de vários jovens da UMADECAM.
Pastor Marcelo PSC	Betânia Comunidade Familiar	110	Suplente	Compartilha textos religiosos de autoajuda e versículos bíblicos; utiliza linguajar religioso; se apresenta como vocacionado por Deus para trazer renovação na política; defende, com discurso religioso, as ações do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro.
Claudinei da Igreja CIDADANIA	Católica (ICAR)	767	Suplente	Recebeu apoio de Reinaldo Pereira, coordenador da RCC no Paraná, além de vários membros da RCC de Campo Mourão; foi apresentado como candidato oficial do Ministério Fé e Política (RCC); utilizou linguajar e símbolos religiosos; compartilhou textos sacros de autoajuda e versículos bíblicos.
Margareth Medrano REPUBLICANOS	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	210	Não eleita	Entre as pautas, diz defender a família e contra a “ideologia de gênero”; recebeu apoio dos deputados federal Aroldo Martins, bispo da IURD, e estadual Gilson de Souza, pastor da IEQ. Foi assessora de Pastora Jurema, candidata em 2016 apoiada pela IEQ.
Nasser REPUBLICANOS	Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ)	118	Não eleito	Utilizou linguajar religioso; publicou versículos e textos de autoajuda; recebeu apoio do deputado estadual Gilson de Souza, pastor da IEQ.

Marcio Berbet PROGRESSISTAS	Igreja Palavras que Curam (IPC)	754	Eleito	Compartilhou vídeo com profecia que o comissionava a adentrar na arena política; recebeu apoio do pastor Toninho, da IPC; publicou versículos bíblicos; diz que seus principais princípios são “Deus, família e trabalho”.
Rosângela Custódio REPUBLICANOS	Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)	258	Não eleita	Publicou vários versículos bíblicos, em <i>flyers</i> denominados “benção do dia”; diz defender as famílias e os cristãos; recebeu apoio dos deputados federal Aroldo Martins, bispo da IURD, e estadual Alexandre Amaro, pastor da mesma denominação.
POLÍTICOS CRISTÃOS				
Olivino Custódio PSD	Assembleia de Deus (AD/ Missão)	832	Suplente	Recebeu apoio de vários pastores do município.
Abençoado DEM	Batista (IB)	360	Não eleito	Utiliza nomenclatura religiosa em seu nome de urna.
Nilda Lopes CIDADANIA	Batista (IB)	38	Suplente	Publicou vários <i>flyers</i> com versículos e mensagens de autoajuda religiosa; afirmou ser “cristã, primeiramente comprometida com Deus”.
Pastora Damiana PSC	Batista Reno- vada (IBR)	97	Suplente	Utiliza nomenclatura religiosa em seu nome de urna; poucas postagens de campanha com elementos religiosos.
Pastora Teresa Lisboa CIDADANIA	Batista Reno- vada (IBR)	16	Suplente	Utiliza linguagem religioso.
Valdeci Guarujá PSL	Batista Reno- vada (IBR)	75	Suplente	Utiliza linguagem religioso.
Allan TK PT	Católica (ICAR)	130	Não eleito	Utilizou termos religiosos em seu slogan de campanha; apresentou, em alguns momentos, linguagem religioso.

Joelcio Alves PSD	Católica (ICAR)	49	Suplente	Publicou fotos e vídeos com igrejas católicas; utiliza crucifixo peitoral; o slogan da campanha diz “Campo Mourão acima de tudo, Deus acima de todos”.
Subtenente Macedo PROS	Católica (ICAR)	974	Eleito	Se declarou devoto de Nossa Senhora Aparecida; publicou mensagens de autoajuda religiosa; recebeu apoio de um padre do município.
Wilson da Elwi REPUBLICANOS	Católica (ICAR)	39	Não eleito	Utiliza linguagem religioso.
Pra. Cleonice Freitas REPUBLICANOS	Igreja do Avivamento (IA)	76	Não eleita	Utiliza nomenclatura religiosa em seu nome de urna; defende pautas morais; utiliza linguagem religioso.
Sidnei Jardim CIDADANIA	Igreja Evangélica Nova Aliança (IENA)	898	Suplente	Apresentou algumas datas religiosas instituídas no calendário do município, em seu mandato anterior; se posiciona contra a ideologia de gênero e aborto.
Josiane Flores PT	Evangélica	60	Não eleita	Apontou em sua biografia que gravou um CD de música gospel; afirmou em <i>flyer</i> que é possível ser cristão e de esquerda.
Alex Lima PSC	Não identificado	98	Suplente	Apresentou linguagem religioso durante a campanha.
Cabo Cruz PSD	Não identificado	266	Suplente	Utilizou termos religiosos em seu slogan de campanha; publicou <i>flyers</i> com versículos e compartilhou músicas religiosas.
Renata Paula PSDB	Não identificado	37	Suplente	Apresenta, em várias postagens, uma religiosidade ligada à energia cósmica; diz que seu número de campanha possui significado em um código sagrado; é facilitadora de constelação; comemorou, com <i>flyers</i> algumas datas ligadas a santos católicos, como Francisco de Assis.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Se, a princípio, a quantidade de materiais publicados já aponta as diferenças de intensidade entre os dois grupos, o conteúdo reafirma essas nuances. Cristãos políticos receberam apoio de pastores e líderes religiosos consagrados na região, como José Pereira, presidente da AD/Madureira (Campo de Campo Mourão), Reinaldo Pereira, coordenador da RCC, Perci Fontoura, vice-presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, entre outros. Além disso, principalmente entre os candidatos da AD, houve a possibilidade de livre trânsito entre os diversos templos da denominação, locais em que recebiam posição de destaque, oportunidade de fala e, por vezes, oração por imposição de mãos. Também a agenda moral aparece com maior ênfase em suas campanhas. Já os políticos cristãos, que geralmente não gozam do mesmo *status*, mobilizam o léxico religioso e textos sacros – que não estão sob o monopólio das instituições religiosas – além de receber apoio de pastores locais. Movimento similar ocorreu na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná, em 2018, quando políticos cristãos intensificaram o leque de possibilidades ofertadas pelas denominações, enquanto os demais investiram em *lives* e *flyers* religiosos para alcançar o eleitorado (Mezzomo, Anjos, Pátaro, 2020b).

Alguns elementos chamam a atenção no quadro 1, também relacionados à constituição da identidade desses postulantes. Primeiro, os três partidos que apresentaram o maior número de candidatos religiosos foram os Cidadania e Republicanos, com cinco políticos cada um, e o Partido Social Cristão (PSC), com quatro, sendo que os dois últimos partidos são historicamente ligados à IURD e AD (Guadalupe, 2020). O Cidadania, antigo Partido Popular Socialista (PSS), trocou o nome em 2019, como uma forma de se desvencilhar da referência à chamada “ideologia comunista”. Embora tenha sido criado com posição voltada à esquerda, hoje se posiciona no centro do espectro ideológico, mesclando o liberalismo econômico e políticas sociais progressistas (Zanlorenssi, Almeida, Nunes, 2020). Apenas um dos partidos está vinculado à esquerda (PT), com dois candidatos que pouco instrumentalizaram a religião em suas campanhas, voltados com maior ênfase à defesa de políticas de inclusão social.

Os candidatos estão atomizados em dez partidos, o que parece indicar a ausência de facções políticas confessionais que concentrem esses religiosos. A escolha partidária é fundamentalmente pragmática, baseada no apoio que a instituição pode fornecer, acesso à parcela do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, tempo disponibilizado para veiculação de campanha em horário eleitoral nas emissoras de rádios e televisão, entre outros benefícios (Fonseca, 2021; Carranza, 2017). Não há uma união dos cristãos em torno de um único candidato, nem mesmo dentro das mesmas denominações, algo que é recorrente também no pleito ao legislativo estadual paranaense (Mezzomo, Anjos, Pátaro, 2020c). Entre os parlamentares cristãos, não há uma coesão monolítica, sendo que o mais próximo dessa ideia seria a Bancada Evangélica (Guadalupe, 2020). Contudo, a agenda moral parece garantir certa associação entre esses agentes, além de capitanear o sufrágio cristão em uma espécie de “voto moral”, capaz de unir as diferentes denominações em torno da defesa dos valores e costumes cristãos, como aconteceu na eleição do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro (Camurça, 2020). Como pondera Carranza (2017, p. 111), católicos, evangélicos e outros conservadores “unem-se em conjecturações políticas com a finalidade de fazer valer um tipo de interpretação da verdade cristã. Igualmente se aliam numa cruzada ferrenha, lançando mão de todas as armas teológicas, argumentos disseminadores de pânicos morais, campanhas difamatórias e passeatas multitudinárias”.

Dos 26 candidatos, 5 são católicos – com dois eleitos –, enquanto as denominações evangélicas, em conjunto, foram representadas por 18 políticos, com dois eleitos⁵. Considerando que católicos compõem 69,4% e evangélicos 23,8% da população mourãoense, não é possível apontar a existência de um voto confessional em Campo Mourão, capaz de eleger candidatos apenas por seu capital religioso (Guadalupe, 2020, 2018). Os resultados eleitorais apontam que, embora com relativo sucesso político, esses candidatos não conseguem capitanear a totalidade dos votos cristãos, já que os fiéis mantêm diversas relações de sociabilidades que são permeadas por outras lógicas de convivência social (Lacerda, Brasiliense, 2018).

⁵ Das vinculações religiosas dos candidatos, três não foram identificadas.

Esses arranjos político-religiosos não ocorrem apenas como instrumento para conquistar apoio eleitoral e votos, mas reverbera no mandato dos eleitos, especialmente na proposição ou obstrução de pautas relacionadas aos dogmas das religiões. Quatro das treze cadeiras foram conquistadas por candidatos que acionaram o capital religioso durante a campanha, totalizando 30,8% do legislativo, número que pode aumentar se considerarmos a possibilidade de outros candidatos eleitos mobilizarem suas crenças e cosmovisões durante a exercício do mandato (Pinheiro, 2017; Mezzomo, Bonini, 2013). Ainda, pautas de teor conservador não são defendidas apenas por religiosos, mas podem ser abraçadas por outros grupos, aumentando a influência desses agentes na esfera política (Almeida, 2017).

Assim, intensidade é uma variante importante na construção da identidade dos candidatos, capaz de diferenciar aqueles que mobilizam o capital religioso com maior ênfase para difundir seus marcadores culturais, além de apontar os que têm maior *status* no campo religioso, instrumentalizando-o na política. O potencial do discurso sacro pessoalista como mobilizador de afetos pode traduzir-se em engajamento eleitoral do público cristão, mas também se arrisca em perder outros grupos que compõem a sociedade (Gracino Junior, Rezende, 2020), o que justifica e realça a importância de analisar a intensidade do uso do religioso em campanha. A religião perpassa as escolhas partidárias, atomizada em diversos partidos de centro e direita, com destaque para Republicanos e PSC, que também abarcaram considerável parcela dos cristãos políticos nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná (Mezzomo, Anjos, Pátaro, 2020c). Por fim, essa intensidade não se restringe à campanha, mas avança para o legislativo municipal como uma das principais bandeiras daqueles que foram eleitos.

SEGUNDO ATO: PATRONATO RELIGIOSO COMO FORMA PARA CONSOLIDAR CAMPANHAS POLÍTICAS

No eixo ligado à forma observamos as estratégias utilizadas para consolidar as campanhas no campo religioso, por meio do apoio dado por pastores e

denominações aos seus escolhidos, patronato que ocorre de diferentes formas e nuances, a depender do candidato, do local e da igreja que o promove. A literatura, ao se debruçar sobre esse empreendimento religioso, apresenta um tipo ideal para esse modelo corporativo de representação política, que compreende a propaganda e a centralização de votos em denominados “candidatos oficiais” (Freston, 1993; Machado, Burity, 2014; Lacerda, 2017; Prandi, Santos, Bonato, 2019; Lacerda, Brasiliense, 2018). Como o reconhecimento dessa “oficialidade”, na maioria das vezes, é realizado apenas dentro de suas comunidades religiosas, se torna impreciso o trabalho de identificar, empiricamente, aqueles que gozam desse *status*.

Como já apontado pela literatura, apenas a indicação ou participação de líderes religiosos nos pleitos eleitorais não é suficiente para que esses agentes conquistem o “voto cristão”, considerando que a maioria dos fiéis não apoia a influência de valores religiosos na política (Guadalupe, 2020; Prandi, Santos, Bonato, 2019; Carreiro, 2017). A mensagem ministrada pelos líderes eclesiásticos funciona como um verniz para o real poder de mobilização das religiões, que está na atuação das instituições como “máquinas eleitorais” (Prandi, Santos, Bonato, 2019). As igrejas disponibilizam mão-de-obra de fiéis gratuita, por meio de seus “obreiros”, capazes de alcançar capilaridade dentro e fora das denominações; ampla rede de contatos que oferecem a execução de serviços essenciais e de divulgação; recursos advindos da contribuição de fiéis, que não são contabilizadas, livre de constrangimentos; espaço para fala disponível em “cultos-comícios”, exclusivo para esses que são os “escolhidos de Deus”, utilizados para palanque eleitoral; fornecimento de ampla estrutura midiática e assistencialista; entre outras benesses que não podem ser encontradas em outras instituições (Prandi, Santos, Bonato, 2019; Lacerda, Brasiliense, 2018; Carranza, 2017). Embora os líderes não tenham controle na escolha dos fiéis, é perceptível que o êxito dessas “máquinas eleitorais” é maior do que o de partidos políticos já consolidados (Lacerda, Brasiliense, 2018). No quadro 2, podemos observar, entre os políticos cristãos, aqueles que receberam o apoio das instituições religiosas que fazem parte.

Quadro 2: *Cristãos políticos* postulantes ao legislativo municipal em 2020

NOME DE URNA	VINCULAÇÃO RELIGIOSA	QUANTIDADE DE VOTOS	SITUAÇÃO	APOIO DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS
Claudinei da Igreja	Igreja Católica	767	Suplente	Sim
Edilson Martins	Assembleia de Deus (Missão)	952	Eleito	Sim
Marcio Berbet	Igreja Palavras que Curam	754	Eleito	Sim
Margareth Medrano	Igreja do Evangelho Quadrangular	210	Não eleita	Sim
Narcizo Negão	Assembleia de Deus (Madureira)	0	Indeferida	Sim
Nasser	Igreja do Evangelho Quadrangular	118	Não eleito	Não
Pastor Marcelo	Betânia Comunidade Familiar	110	Suplente	Não
Pr Carlinhos Pereira	Assembleia de Deus (Madureira)	161	Suplente	Sim
Rosangela Custódio	Igreja Universal do Reino de Deus	258	Não eleito	Sim
Tio SID	Assembleia de Deus (Missão)	396	Suplente	Não

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nos materiais de campanha divulgados no Facebook e no Instagram, podemos observar esse capital mobilizado por meio da participação dos candidatos em cerimônias religiosas, recebendo oração por meio de imposição de mãos (Imagem 1), disponibilizando espaço para ministrações ou participando junto com fiéis das cerimônias. Na imposição de mãos, parte do ritual pentecostal/carismático – por vezes acompanhada de glossolalia –, um líder religioso faz uma oração sobre o político como forma de representar uma unção de consagração da parte da instituição religiosa (Bonfim, 2020). Ao ser ungido, os “eleitos” são comissionados ao chamado para o qual Deus os separou, no caso, lutar contra as hostes da maldade e retomar o domínio de Cristo na arena política. A ação está fundamentada no texto bíblico: “Por isso, irmãos, escolham entre vocês sete homens de boa reputação, cheios do Espírito e da sabedoria, para o encarregarmos desse serviço [...]. Apresentaram estes homens aos apóstolos, que, orando, lhes impuseram as mãos” (Bíblia, Atos dos Apóstolos 6: 3; 6).

Imagem 1: Imposição de mãos sobre os cristãos políticos.

- a) Edilson Martins, Narciso Negão e Pe. Carlinhos Pereira em culto na AD/Madureira;
 b) Pastora Cléo Freitas e Pastor Adão Adriano, líder da Comunidade Salvando Vidas;
 c) Claudinei da Igreja e outros membros da RCC em um momento de oração em frente à Paróquia Nossa Senhora do Caravaggio; d) Edilson Martins e Tio Sid em culto na AD/Missão.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

As teologias do domínio e da batalha espiritual se mostram basilares para essas ações. Os cristãos são chamados para retomar o controle sobre as diversas esferas que estão, supostamente, debaixo do poder de satanás, entronizando Cristo por meio de seus representantes, com o famoso chavão de que “são calda, e não cabeça” (Cunha, 2021). Um dos casos que melhor exemplifica essa cosmovisão no pleito mourãoense de 2020 foi em culto da Igreja Palavras que Curam, quando Marcio Berbet recebeu uma profecia de uma pregadora latino-americana, gravada e tornada pública em suas redes sociais, com a legenda: “assista esse vídeo para entender o verdadeiro motivo pelo qual hoje sou candidato a vereador”. O augúrio dizia, traduzido pelo pastor Toninho:

Eu vejo aqui uma unção de governo impressionante. O irmão de camisa branca [Marcio Berbet]. Eu vejo sobre sua vida uma unção de governo, de autoridade. Eu não sei o que Deus vai fazer, eu sei que Deus vai mover cadeiras para colocar você sentado neste lugar. Enfrenta! não vai ser fácil, não. Porque você pensa que você não tem força, que você não tem a capacidade, que você não tem o dinheiro. Mas fique tranquilo, existe um Nabucodonosor que vai pagar a sua despesa [...]. Deus vai usar alguém na sua vida, um Nabucodonosor, alguém importante, Deus vai trazer na tua vida, ele vai tentar te perseguir, vai tentar mudar você, mas você tem uma palavra, existe uma advertência, existe um caminho mais claro e você vai com algo poderoso: a presença, a presença, a presença, a presença, A TUA PRESENÇA IRÁ CONTIGO! ALELUIA! (Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Poder, 2020).

Além das profecias de confirmação, a presença em celebrações religiosas confere ao candidato a visibilidade junto à comunidade eclesial, utilizando da melhor forma o capital da instituição na construção de suas identidades como “escolhidos de Deus” (Imagem 2). Como dito anteriormente, embora esse apoio e visibilidade não garantam um apoio incondicional dos fiéis, “as filiações religiosas são mais fortes do que o desconforto ético/moral dos fiéis com as posturas das lideranças e se sobrepõem a este incômodo. [...] Mesmo contrariados, muitos seguem as orientações da máquina religiosa” (Carreiro, 2017, p. 85).

Imagem 2: Participação de candidatos em celebrações religiosas.

- a) Claudinei da Igreja; b) Edilson Martins; c) Tio Sid;
- d) Edilson Martins; e) Marcio Berbeth.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

O incenso institucional é concedido fora dos templos, ao gravar vídeos, publicar *flyers* e fotos declarando seu endosso às campanhas. Em geral, são pastores paroquiais e lideranças políticas/religiosas, como os pastores Alexandre Amaro (IURD) e Gilson de Souza (IEQ), ambos deputados estaduais, e do Bispo Aroldo Martins (IURD), deputado federal pelo Republicanos, também do Paraná. O apoio dessas autoridades é capaz de legitimar e dar credibilidade aos postulantes que, na maioria das vezes, não gozam do mesmo *status* que seus patronos. No preâmbulo deste artigo, apresentamos três falas de lideranças religiosas regionais – os pastores Toninho (IPC) e Pereira (AD/Madureira), e Reinaldo Batista (RCC) –, que forneceram apoio aos candidatos, enquanto indicavam que o projeto da eleição daqueles não é só político, mas religioso. Na imagem 3, se observam alguns materiais de divulgação desses apoios:

Imagem 3: Apoio de lideranças políticos-religiosas aos candidatos ao legislativo.

- a) Deputado Gilson de Souza em apoio à Geber Nasser; b) Pastor Toninho e Marcio Berbet; c) Reinaldo Batista em apoio à Claudinei da Igreja; d) Rosângela Custódio e Deputado Aroldo Martins; e) Narciso Negão e Pastor José Pereira.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

Por meio dos favorecimentos apontados acima, os candidatos conseguem ampliar sua influência e alcance dentro da arena religiosa, além de transitar entre as diversas denominações, algo que seria improvável sem a ampla rede de sociabilidades ofertadas pelas Igrejas. Esse patronato não é altruísta, mas orquestrado pelas instituições religiosas como forma de garantir a defesa de interesses corporativos e a salvaguarda da moralidade cristã (Carranza, 2017). Vital da Cunha (2021) destaca que um apadrinhamento similar ocorre com os denominados “evangélicos de esquerda”, embora com inferior grau de organização, por parte de movimentos como o Cristãos Contra o Facismo e a Frente Evangélica pelo Estado de Direito. Mesmo com os recursos disponibilizados, os resultados eleitorais apontam que, embora com relativo sucesso

político, esses candidatos ainda não conseguem capitanear a totalidade do voto cristão para eleger seus eleitos. Ainda assim, o Brasil é o país da América Latina “com maior impacto religioso na política, seja através de votos, número de representantes ou grau de eficácia de sua ‘bancada evangélica’, ou ainda, por sua capacidade de vetar leis ou determinar políticas públicas nas áreas de educação, saúde e família” (Guadalupe, 2020, p. 73), potencial que é exercido desde a base, com os legislativos municipais.

TERCEIRO ATO: ELEMENTOS RELIGIOSOS NA COMPOSIÇÃO DO ESTILO DA IDENTIDADE PÚBLICA

Apresentado os personagens e seus patronos, nos detemos nas estratégias empregadas por esses candidatos, a fim de construir suas identidades públicas por intermédio de marcadores culturais. Dois meios foram instrumentalizados na construção da visibilidade de tais candidatos, o primeiro considera os elementos mais visíveis da performance, como as vestes, os símbolos, os adereços e as linguagens; o segundo, o que é expresso nas pautas morais cristãs que norteiam suas propostas de campanha.

VESTES, SÍMBOLOS, ADEREÇOS E LINGUAGENS RELIGIOSOS EM CAMPANHA

Definidora da identidade sensível dos religiosos como “servos de Deus”, este primeiro meio de construir um estilo de campanha problematiza elementos que caracterizam o pleiteante como cristão, na busca por afirmar um modelo facilmente reconhecível pelos fiéis que compõem o nicho católico e/ou evangélico, além de criar vínculos de reconhecimento entre eleitorado e o político. Ao produzir uma identidade, “constroem distinções, fronteiras e tensões em relação a grupos, moralidades e valores externos” (Mariano, 2016, p. 720), impondo as diferenças entre os “justos” e os “ímpios”, os primeiros como detentores da moralidade e da honestidade⁶ (Gracino Junior, Rezende, 2020 Rezende,

⁶ Embora mobilizem a ideia de moralidade, os cristãos já enfrentaram várias denúncias de corrupção, dentre as quais se destacam as propinas recebidas para votação do aumento do mandato de José Sarney para cinco anos, na década de 1980, o denominado “Escândalo das Sanguessugas”, em 2006, e o envolvimento do Bispo Rodrigues (IURD), no “mensalão” (Fonseca, 2021; Souza, 2013; Mariano, Hoff, Dantas, 2006).

2017). No entendimento de Vital da Cunha (2021, p. 21), essas “performances políticas visam a disputa pela impressão da verdade sobre si e a imputação no oponente da mácula da inverdade, da mentira”. Nessa pejeja, as diferenças denominacionais são deixadas de lado, e as placas de igrejas são substituídas por termos genéricos como “evangélicos”, “católicos” ou “cristãos” – somando católicos e evangélicos –, na busca de conquistar relevância e visibilidade por meio do discurso da “maioria moral cristã” (Burity, 2018, 2020). Embora não possamos falar de um voto evangélico exclusivo, devemos levar em conta que o capital religioso pode contribuir para conquistar apoio daqueles que, se não cristãos, ao menos defendem a agenda moral (Boas, 2020).

O acionamento e a visibilidade desses elementos podem ocorrer de diversas formas, entre elas:

- i. Nas vestes: Ainda que os evangélicos, em grande parte, tenham se distanciado dos estereotipados usos e costumes que distinguiam os “crentes” (Alves, Cavenaghi, 2020), é possível observar elementos que reforçam a identidade religiosa construída por esses candidatos, principalmente com relação às vestimentas e cortes de cabelo. Na imagem 4, observamos os candidatos utilizando trajés sociais, discrição no uso de maquiagem e com cabelos longos, no caso das mulheres, e cabelo e barba aparados, quando homens.

Imagem 4: Vestuários dos candidatos utilizados nos materiais de campanha.

a) Geber Nasser; b) Nilda Lopes; c) Pra. Teresa Lisboa; d) Edilson Martins.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

- ii. Nos símbolos e adereços: diz respeito ao uso de signos e adereços como bíblias, crucifixos e imagens que reafirmam seu pertencimento religioso (Imagem 5). Mais comum entre os católicos, observamos forte referência a Nossa Senhora Aparecida, principalmente próximo ao dia 12 de outubro, feriado nacional no Brasil, além de vídeos e fotos com crucifixos ou com templos católicos ao fundo.

Imagem 5: Símbolos religiosos em campanha.

- a) Claudinei da Igreja; b) Renata Paula; c) Subtenente Macedo;
d) Claudinei da Igreja; e) Joelcio Alves.



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

- iii. Na linguagem religiosa: refere-se ao uso de versículos bíblicos, textos ou expressões religiosas em *flyers*, vídeos, *slogan* e *jingles*, talvez o recurso mais evidente e com maior acionamento na campanha eleitoral. Entre os *slogans*, temos “Deus em primeiro lugar” (Nilda Lopes), “Honestidade, fé e vergonha na cara” (Cabo Cruz), “Campo Mourão acima de tudo,

Deus acima de todos” (Joelcio Alves) e “Fé no pobre loko, que Deus é por nós” (Alan TK). O refrão do *jingle* de Claudinei da Igreja afirma: “É Claudinei da Igreja! humildemente pede o voto nessa eleição. É 23.500, um homem sério de trabalho e de oração. Confia, meu irmão!”. Na imagem 6, podemos observar o uso de versículos bíblicos e textos religiosos em *flyers* de campanha, geralmente acompanhados com foto e/ou nome e número de urna.

Imagem 6: Versículos e textos bíblicos em materiais da campanha



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

O uso de versículos e textos religiosos nos *flyers*, junto ao nome e ao número de urna, não é feito sem intencionalidade. Ao publicar esse tipo de material, por vezes diariamente, a visibilidade proporcionada pelas mídias sociais aumenta, além de que essas publicações contam com maior

probabilidade de serem compartilhadas por eleitores que não desejam fazer campanha política para o candidato, mas se interessam pelo conteúdo do material. Por meio das “pequenas doses diárias”, aumentam o interesse do eleitor em acompanhar o candidato e, possivelmente, votar nele (Mezzomo, Anjos, Pátaro, 2020c; Maia, 2019). Podemos observar o uso dessa estratégia de campanha pela Rosângela Custódio, candidata oficial da IURD, que compartilhava, diariamente, a “Benção do Dia”, *flyer* com um versículo acompanhado com foto, nome e número de campanha (Imagem 7). Algo similar foi feito por Alexandre Amaro, deputado estadual também vinculado e apoiado pela IURD, que realizou 70 dias de oração, com vídeos de um minuto por dia (Mezzomo, Anjos, Pátaro, 2020d).

Imagem 7: *Flyers* da “Benção do Dia”, publicados pela candidata Rosângela Custódio



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

Assim, vestes, símbolos, adereços e linguagem religiosa são instrumentalizados como estratégias para caracterizar os candidatos como cristãos, marcadores culturais que visam construir uma identidade hierática em campanha, deixar evidente “Quem somos”. Essas ações, longe de serem fortuitas, objetivam produzir vínculos de reconhecimento com o eleitorado católico/evangélico, bem como produzir fronteiras distintivas entre o “nós” e o “outro”, sendo o primeiro grupo um bastião da moralidade, representantes de Deus na profana arena política. Neste dualismo entre bem e mal, característico da teologia de batalha espiritual, os “soldados de Cristo” são também caracterizados pelo seu principal alvo: a agenda moral religiosa.

AGENDA MORAL E O “ECUMENISMO DE DIREITA”

Talvez o atributo que ganha maior destaque na atuação de cristãos na arena política seja a defesa obstinada da agenda moral, fundamentada na cosmovisão religiosa, orbitando em torno da dita “família tradicional”. Em reação às mudanças culturais e sociais das duas últimas décadas, ligadas aos direitos de controle do próprio corpo para mulheres, educação sexual das crianças e direitos sociais dos grupos LGBTQIA+, católicos e evangélicos passaram a opor-se às minorias como estratégia de combate por meio de políticas regressivas, “de um lado, um movimento de manutenção da tradição cristã fortemente marcada pelo catolicismo, de outro, um movimento mais proativo e transformador dos comportamentos feito pelo evangelismo” (Almeida, 2019, p. 208). A agenda moral, defendida pelos cristãos neoconservadores, argumenta que existem inimigos que almejam destruir a família tradicional, corromper as crianças, interromper a vida dos nascituros, fechar igrejas e instaurar o comunismo no Brasil. Vale destacar que essa agenda encaixa com a ideia neoliberal e seu discurso da meritocracia, entendendo que a família é responsável pela provisão de seu próprio sustento, em perfeita sintonia com o evangelho da prosperidade, valor oposto às políticas distributivas de renda (Lacerda, 2020). Assim, como lembra Machado (2020, p. 273), “tornam-se mais visíveis as articulações de setores cristãos com os segmentos da direita mudando a correlação de forças nos pleitos eleitorais e ameaçando o regime democrático em vários países”.

Se no tópico anterior apontamos alguns elementos que objetivam definir a identidade desses postulantes como cristãos, aqui as pautas morais possibilitam a coesão entre os religiosos, mesmo que capilarizadas em diferentes denominações e partidos políticos. Além disso, ao visibilizar suas causas, garantem o engajamento de seus membros na luta para combater aqueles que, supostamente, querem destruir “a moral e os bons costumes” estabelecidos por suas crenças (Mariano, 2016). Assim, a narrativa neopentecostal da batalha espiritual e da teologia do domínio ganham espaço no jogo político – seja criando “pânico moral” ou repulsa

por outras candidaturas, como as de viés político de esquerda –, em uma disputa acirrada no campo da moral contra grupos minoritários que já consolidavam, desde a instituição da Constituição de 1988, políticas públicas e sociais (Mariano, 2016; Burity, 2018; Camurça, 2019). Vale destacar que a moral só precisa ser incisivamente defendida em sociedades em que suas pautas não são mais indiscutíveis e autoevidentes, o que reforça as conquistas que esses agentes granjearam nas últimas décadas (Machado, 2020). Nas palavras do atual presidente do Brasil: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias” (Bolsonaro, 2018, s./p.).

Na campanha de 2020 ao legislativo de Campo Mourão, semelhante ao que ocorreu em 2018 no pleito à Assembleia Legislativa do Paraná (Mezzomo, Silva, Pátaro, 2021), a defesa da família teve espaço privilegiado no material de alguns candidatos, como de Rosângela Custódio que dedicou a primeira posição de sua lista de dez ações à pauta, caso fosse eleita. Pastor Carlinhos, na legenda de um material com sua foto e nome/número de campanha, diz: “Em defesa dos bons princípios e dos valores de nossas famílias”, enquanto Margareth Medrano afirma que “existem muitas maneiras de caminhar e construir, mas a única direção é os valores, direitos e princípios da família!”, acompanhada da *hashtag* #juntospelosvaloresdafamilia. Ainda, Marcio Berbet pondera: “na minha caminhada tenho prezado por 3 PRINCÍPIOS: 1 – Deus; 2 – Família; 3 – Trabalho” (Imagem 8).

Imagem 8: Pautas morais nos materiais da campanha de 2020



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, 2020.

A intitulada “defesa da família” traz em si a ideia de batalha, em que há a necessidade de defender algo que está em perigo, ameaçado, sendo que os candidatos religiosos se auto proclamam escolhidos para levantar essa bandeira e garantir a preservação da instituição. Mas que família é contemplada nessas proposições? Nenhum dos candidatos definem a qual configuração familiar se referem, mas podemos inferir, como indicou o deputado federal Anderson Ferreira, no Projeto de Lei n. 6.583, de 2013,

denominado “Estatuto da Família”, que diz respeito ao “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Brasil, 2013). Assim, desconsiderando a realidade social brasileira, que apresenta uma gama de constituições familiares, a defesa da “família tradicional” (que não é generalizável) exclui outras organizações que estão fora do padrão estabelecido, além de ocultar e desacreditar problemas políticos e sociais, como o alto índice de abandono paterno (Mezzomo, Alves, Pátaro, 2021; Guadalupe, 2020; Camurça, 2019).

Concomitante e intrinsecamente ligada à defesa da família, a luta contra a “ideologia de gênero” e aborto teve seu espaço na campanha desses candidatos. Sidnei Jardim lembrou de suas ações em mandatos anteriores (2004-2020), afirmando que “foi o vereador que desde o começo se manifestou contra a ideologia de gênero, lutou e debateu com a comunidade defendendo até o fim os conceitos cristãos e familiares”, e, ainda, “conseguiu evitar que a ideologia de gênero fosse implantada em nossas escolas”. Para o pleito de 2020, o candidato afirmou: “estão querendo voltar com essa ideologia. Essa é uma das minhas bandeiras e por isso peço o seu voto para no próximo mandato eu estar na Câmara para não permitir esse absurdo”. Pastora Cléo Freitas pondera, sobre a participação dos evangélicos na política, que “quando nos abstermos de votar, damos a condição de elegerem-se indivíduos que são capazes de propor essas leis absurdas”.

Sobre o aborto, Sidnei Jardim apontou a Lei n. 3.868, de 25 de outubro de 2017, de sua autoria, que institui a Semana Municipal de Defesa e Respeito à Vida, na qual objetiva “conscientizar o reconhecimento no sentido e valor da vida humana, em todos os seus momentos, gerando discussões sobre a conscientização a respeito do direito de nascer, voltada a atenção às famílias, com ênfase para as mulheres grávidas”. O texto da Lei aconselha que o Executivo Municipal recorra a organizações religiosas, tais como “Comissão Diocesana da Pastoral Familiar, Pastoral da Criança, Pastoral da Pessoa Idosa, Renovação Carismática, outras entidades da Diocese de Campo Mourão e a Ordem dos Pastores de Campo Mourão – OPECAM

para, conjuntamente, desenvolver e programar atividades alusivas do evento”, aliança que aponta para a base religiosa da Lei instituída. A ação de retomar e publicizar as leis aprovadas ligadas à agenda moral, realizadas por Sidnei Jardim, funcionam como meio de prestação de contas ao eleitorado religioso, buscando atribuir credibilidade à possível reeleição, assim como indicar uma continuidade em relação ao projeto de confessionalização da política (Silva, Oliveira, David, 2021).

Assim, a agenda moral conservadora se impõe como propagadora das crenças religiosas da “maioria cristã”, em uma sociedade cada vez mais pluralizada, na qual “as religiões precisam se fazer presentes e persuasivas para que suas doutrinas não sejam simplesmente ignoradas, pois não se pode mais esperar que a comunidade por si mesma exerça sobre o indivíduo uma pressão social que o conforme às normas religiosas tradicionais” (Prandi, Santos, Bonato, 2019, p. 46). Nesse empreendimento, buscam eclipsar os direitos já conquistados pelas minorias, como a união homoafetiva e o direito feminino de controle de seu próprio corpo. Embora os candidatos não apresentem apenas propostas de cunho religioso, as demais – voltadas à educação, segurança, saúde e outras políticas públicas – são vagas e não demonstram os caminhos para alcançar os objetivos publicizados em campanha. É evidente como essa agenda está presente entre católicos e evangélicos (Boas, 2020; Machado, Burity, 2014), algo como um “ecumenismo conservador”, na peleja contra as hostes da maldade que querem corromper, de diversas formas, a instituição mais importante da sociedade, segundo os cristãos políticos: a família tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência de cristãos na política brasileira perpassa a história da “Terra de Santa Cruz”, fenômeno acentuado, nas últimas décadas, com a inclusão de novos atores nesta peça, com destaque para as diferentes vertentes evangélicas e católicos carismáticos. Em um cenário religioso cada vez mais pluralizado, com a Igreja Católica perdendo fiéis para outras denominações, é perceptível

uma transformação não só no número de “crentes”, mas o abandono do anonimato público e do discurso de “minorias perseguidas”, aumento de sua relevância social, acesso capilar das classes mais baixas às mais altas da sociedade, construções de megaigrejas bem localizadas, distantes das pequenas “portas de boteco”, além da conquista de grandes espaços midiáticos, e a já citada participação incisiva no mundo da política partidária. Para conquistar maior impacto social, aproveitaram outros modos de ação política, como grupos de pressão, *lobbies*, instrumentalização das mídias e meios de comunicação, e a formação de bancadas religiosas, como a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana.

As eleições de 2020, realizadas em todo país, surpreenderam pela não eleição de candidatos ligados à extrema direita, como também pela falta de protagonismo da esquerda, enquanto houve ampla vitória dos partidos de centro e direita moderada (Vital da Cunha, 2021). Marcelo Crivella e Celso Russomano, candidatos à prefeitura das capitais de Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, não alcançaram êxito mesmo com o apoio do presidente Jair Bolsonaro e da Igreja Universal do Reino de Deus. Concomitantemente, cristãos políticos só assumiram em Campo Grande/MS (Marquinhos Trad) e Manaus/AM (David Almeida), embora alcançaram o segundo turno nos municípios de Rio de Janeiro, Fortaleza, Belém, Cuiabá, Goiânia e Maceió. No Rio de Janeiro, de maioria evangélica, o bispo iurdiano Marcelo Crivella não conseguiu se reeleger, embora tenha contado com o apoio do presidente Jair Bolsonaro (Lehmann, 2021). Diferente de 2018, não houve um alinhamento das principais denominações com o projeto bolsonarista, algo que já é típico do *modus operandi* católico e evangélico: caminhar de acordo com os jogos de poder, tecendo alianças pragmáticas e simbólicas (Oro, Alves, 2020).

Em Campo Mourão, o projeto político das Igrejas de ocupar o espaço público e utilizar o capital religioso como meio para conquistar o eleitorado e difundir referências para alcançar as almejadas legitimidade e capilaridade, continua sendo a principal forma de pôr em prática suas “estratégias de visibilidades” (Monteiro, Silva, Sales, 2018). Como apontado no primeiro ato,

os atores mobilizaram os elementos sacros em campanha com disparidade, tanto em relação à quantidade de materiais produzidos que contenham relações entre religião e política, quanto na notoriedade e intensidade do capital religioso, o que nos permite caracterizá-los como políticos cristãos e cristãos políticos (Guadalupe, 2020; Carvalho Junior, Oro, 2017). Vale destacar que ambos instrumentalizam a religião para construir suas identidades, embora o primeiro busque alcançar outros grupos do corpo social, para além dos cristãos; enquanto o segundo tem maior *status* dentro do campo religioso e, talvez por isso, dialogue com seus pares com maior ênfase.

Os candidatos utilizaram o apoio de líderes e instituições religiosas para promover suas campanhas no nicho cristão, *modus operandi* que caracteriza a forma de uma das principais estratégias: o apoio oficial denominacional. Esse patronato pode ocorrer de diversas formas, como endosso dos líderes que objetivam transmitir seu carisma ao apadrinhado, imposição de mãos e a bênção pública aos eleitos de Deus, espaço privilegiado em cultos-comícios, entre outras benesses.

Quanto ao estilo, dois modos foram percebidos na campanha de 2020. Primeiro, a construção de um modelo por meio de marcadores culturais que caracterizam o candidato como cristão – vestes, símbolos, adereços e linguagem religiosos – compondo sua imagem pública de “servo de Deus”; segundo, delimitando as fronteiras entre os “justos” e os “ímpios. Neste mesmo dualismo, característico da teologia de batalha contra o mal, a defesa da agenda se fundamenta na ideia de inimigos que almejam destruir as famílias, sendo o dever do cristão adentrar a arena política e combater os movidos pelas “hostes da maldade”. O discurso de defesa da família une católicos e evangélicos em um “ecumenismo conservador” que objetiva eclipsar os direitos conquistados pelas minorias e impor uma moralidade que não é mais inata à sociedade, com o argumento da maioria cristã.

Há muito para analisar nessa peça que não aparenta estar próxima ao fim. Nesse teatro, novos atores começam a competir por espaços, o que pode modificar as tramas futuras, como o fenômeno do aumento dos chamados “desigrejados”, sujeitos que expressam suas crenças e religiosidades

sem participar das celebrações em templos, o que os distanciou das influências do “voto de cajado”. Além deles, a eleição de 2020 foi marcada pela presença de candidaturas de coletivos por todo o país, inclusive em Campo Mourão, por vezes voltados para pautas sociais e a luta contra discriminações de etnia, gênero e classe. Movimentos como a Frente Evangélica pelo Estado de Direito e os Cristão Contra o Fascismo ofertaram apoio institucional a candidatos “evangélicos de esquerda”, alcançando algum êxito na eleição de seus quadros, bem como despontando como grupo concorrente na representação do multifacetado público evangélico (Vital da Cunha, 2021; Machado, 2021). Por último, os “neocalvinistas” despontam como formadores da cosmovisão dos jovens cristãos, principalmente pela possibilidade que a internet disponibilizou de difusão da teologia reformada, oposta às teologias neopentecostais, embora em sua maioria ainda flerte com a defesa da agenda moral. Yago Martins (2021, s./p.), um desses jovens neocalvinistas, em seu livro “A religião do bolsonarismo: um ensaio teológico” traz um pequeno fragmento de como esse quadro pode se alterar futuramente: “Ele se batizou sem se converter, aceitou Jesus meia dúzia de vezes, falou em cultos sem pregar a palavra. Ele tomou nossos símbolos e fez deles arma de troca eleitoral. Usou o nome de Deus em vão em sua campanha e em seu governo”. Teremos mudanças nos ventos dessa trama?

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Camilo; REIS, Lucas. Campanha eleitoral no Facebook: usos, configurações e o papel atribuído a esse site por três candidatos eleitos nas eleições municipais de 2012. *Revista Compólitica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 155-188, jul./dez. 2013.
- ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. A transição religiosa no Brasil e alguns aspectos eleitorais. *Revista Senso*, Belo Horizonte, n. 18, set./out. 2020.
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan./abr. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, Rio de Janeiro, n. 50, p. 1-27, 2017.

BÍBLIA. *Bíblia Sagrada*: edição revista e atualizada do Brasil. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018.

BOAS, Taylor. A representação eleitoral dos evangélicos na América Latina. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. *Novo ativismo político: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 113-130.

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro: “as minorias tem que se curvar às maiorias”. *Amiel Internacional*. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2ROuw4T>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BONFIM, Evandro de Souza. O Espírito Santo e o “rei do fim do mundo”: transmissão de carisma e iconografia escatológica no governo Bolsonaro. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas, v. 22, p. 1-18, 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 6583/2013, de 16 de outubro de 2013*. Disponível em: <https://bit.ly/3upDwe3>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora Unicamp, 2018. p. 15-66.

BURITY, Joanildo. ¿Ola conservadora y surgimento de la nueva derecha cristiana brasileña? La coyuntura postimpeachment en Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas, v. 22, p. 1-24, 2020.

CAMURÇA, Marcelo. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectivas histórico/sociológicas e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, n. 25, p. 125-159, jul./dez. 2019.

CAMURÇA, Marcelo. Um poder evangélico no Estado brasileiro? Mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. O governo Bolsonaro. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 12, n. 25, jan./abr. 2020.

CAMURÇA, Marcelo; ZAQUIEU-HIGINO, Paulo Victor. Entre a articulação e a desproporcionalidade: relações do Governo Bolsonaro com as forças conservadoras católicas e evangélicas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 13, n. 39, p. 207-232, jan./abr. 2021.

CARRANZA, Brenda. Modus operandi político de evangélicos e católicos: consolidações e inflexões. *Debates do NER*, ano 18, n. 32, p. 87-116, jul./dez. 2017.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. Sobre a lógica do voto evangélico no Brasil: filiação religiosa e seu impacto na política brasileira. *Século XXI*, Santa Maria, v. 7, n. 2, p. 66-100, jul./dez. 2017.

CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de; ORO, Ari Pedro. Eleições municipais 2016: religião e política nas capitais brasileiras. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.

CUNHA, Magali. Quem são os evangélicos que apoiam Bolsonaro? *Carta Capital*. 6 maio 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3wwfXS4>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 1993. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

FRESTON, Paul. A religião e as eleições municipais brasileiras de 2016: a verdadeira novidade. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 18, n. 32, p. 81-86, jul./dez. 2017.

FONSECA, Alexandre Brasil. Democracia representativa, democracia participativa e questões identitárias: os evangélicos como um caso bom para pensar. *Debates do NER*, ano 21, n. 39, p. 137-153, jan./jun. 2021.

GRACINO JUNIOR, Paulo; REZENDE, Gabriel Silva. A vez dos eleitos: a religião e discurso conservador nas eleições municipais do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 13, n. 38, p. 259-289, set./dez. 2020.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-109.

GUADALUPE, José Luis Pérez. ¿Políticos evangélicos o evangélicos políticos? Los nuevos modelos de conquista política de los evangélicos. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER, Sebastian (ed.). *Evangélicos y poder en América Latina*. Lima: KAS; IESC, 2018. p. 11-106.

IBGE. Campo Mourão. *IBGE cidades*. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/34SFjMA>. Acesso em: 30 jun. 2021.

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil Contemporâneo*. 2017. 144 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LACERDA, Fábio; BRASILIENSE, José Mario. Brasil: la incursión de los pentecostales en el poder legislativo brasileño. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; GRUNDBERGER, Sebastian (ed.). *Evangélicos y poder en América Latina*. Lima: KAS; IESC, 2018. p. 141-180.

LACERDA, Marina Basso. Jair Bolsonaro: a agenda defendida em sua trajetória política. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 289-308.

LEHMANN, David. Comentário ao artigo de Christina Vital da Cunha: “irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil”. *Debates do NER*, ano 21, n. 39, p. 119-126, jan./jun. 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A identidade evangélica em disputa. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 83-89, jan./jul. 2021.

MACHADO, Maria das Dores Campos. A vertente evangélica do neconservadorismo brasileiro. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 271-286.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.

MAIA, Lídia Raquel Herculano. A política dos eleitores no Facebook dos candidatos: processos interacionais nas eleições presidenciais de 2014. *Compo-lítica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 29-54, jan./abr. 2019.

MARIANO, Ricardo. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores: secularização e pluralismo em debate. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out./dez. 2016.

MARIANO, Ricardo; HOFF, Marcio; DANTAS, Toty Ypiranga de Souza. Evangélicos sanguessugas, presidenciáveis e candidatos gaúchos: a disputa pelo voto dos grupos religiosos. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 7, n. 10, p. 65-78, jul./dez. 2006.

MARTINS, Yago. *A religião do bolsonarismo: um ensaio teológico*. Brasília: Editora 371, 2021.

MASSUCHIN, Michele Goulart et al. Campanha online em disputa locais: um estudo das apropriações do Facebook pelos candidatos nas eleições de 2016. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 20, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2018.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Associação de Evangelização Cristo é Nosso Show e as diferentes faces do catolicismo carismático. *Rever*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 129-146, set./dez. 2020a.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “A milícia dos remidos marcha impoluta”: campanha de evangélicos assembleianos ao legislativo paranaense em 2018. *Projeto História*, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 42-78, jan./abr. 2020b.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. “Quando um justo governa, o povo se alegra”: modus operandi evangélico nas eleições à Assembleia Legislativa do Paraná, em 2018. *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 3-32, jan./abr. 2020c.

MEZZOMO, Frank Antonio; ANJOS, Brandon Lopes dos; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Os usos do Facebook em campanhas eleitorais: atuação de candidatos evangélicos apoiados por instituições religiosas. *Compólitica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 109-136, maio/ago. 2020d.

MEZZOMO, Frank Antonio; BONINI, Lara Grigoletto. Política e religião no Regime Militar: posicionamentos do legislativo municipal. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v. 20, n. 29, p. 29-48, ago. 2013.

MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Lucas Alves da; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Pela “família tradicional”: campanha de candidatos evangélicos para a ALEP nas eleições de 2018. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 13, n. 39, p. 13-41, jan./abr. 2021.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira. Religião católica, evangélica e afro-brasileira em disputa eleitoral: acionamento de elementos religiosos na campanha à Assembleia Legislativa do Paraná. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 456-485, jan./abr. 2019.

MIOLA, Edna; CARVALHO, Fernanda Cavassana de. Recursos persuasivos nas campanhas no Facebook: uma proposta metodológica a partir das eleições de 2016 em Curitiba. *Agenda Política*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 254-290, set./dez. 2017.

MONTEIRO, Paula; SILVA, Aramis Luis Silva; SALES, Lilian. Fazer religião em público: encenações religiosas e influência pública. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 24, n. 52, p. 131-164, set./dez. 2018.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negociacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. *Sociedad y Religión*, Buenos Aires, v. 30, n. 54, p. 121-147, 2020.

PINHEIRO, Amanda Costa. *Religião e política: análise dos mandatos de agentes religiosos no legislativo municipal de Campo Mourão*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento) – Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2017.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William; BONATO, Massimo. Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 120, p. 43-60, jan./mar. 2019.

REZENDE, Gabriel Silva. A ordem dos fatores altera o produto? A vitória de Crivella nas eleições para o executivo carioca de 2016. *Agenda Política*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 87-113, 2017.

SILVA, Emanuel Freitas; OLIVEIRA, Kerolaine de Castro; DAVID, Renan Cairo Moura. Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição. *Conhecer: debates entre o público e o privado*, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 162-197, 2021.

SOUZA, André Ricardo. Os evangélicos nas eleições municipais. *Revista Correlatio*, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 26-45, jun. 2010.

SOUZA, André Ricardo. Meandros da força política evangélica no Brasil. *Revista Cultura y Religión*, Iquique, v. 7, n. 2, p. 117-128, jul./dez. 2013.

TSE. Divulgação de candidaturas e contas. *Tribunal Superior Eleitoral*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2TcVxze>. Acesso em: 30 jun. 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições de 2020 no Brasil. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 18-80, jan./jun. 2021.

ZANLORENSSI, Gabriel; ALMEIDA, Rodolfo; NUNES, Fernanda. A genealogia e o perfil dos partidos brasileiros. *Nexo Jornal*. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ey5Ru4>. Acesso em: 30 jun. 2021.

Recebido em: 30/05/2021

Aprovado em: 08/09/2021

